

Primeira Sexta Básica do ano festeja o dia Internacional da Mulher com música e debate

Marcelo Antunes



Lu: a mulher como tema principal em suas interpretações

No último dia 18 o Sintrajufe realizou a primeira Sexta Básica do ano que teve como tema principal a homenagem ao Dia

Internacional da Mulher.

Com um bom público presente, a representante da Marcha Mundial de Mulheres, Neuza

Tito, deu um relato emocionante sobre a origem e a evolução do movimento, sua trajetória de lutas conjuntas com o restante do movimento social e as enormes dificuldades enfrentadas pelas mulheres do mundo inteiro na busca pelo seu reconhecimento.

A luta é árdua, longa e não vai terminar tão cedo, mas o fato de haver mulheres e homens que não aceitam a discriminação e a violência como fatos naturais da vida já é motivo de comemoração.

E foi o que fizemos ao som da colega Lu Barros e a banda Nós de Luz que apresentaram o projeto Mulheres Musicais 2005, com músicas de várias autoras e autores, inclusive da própria intérprete, cantando, em várias facetas, o universo feminino.

Agenda

Agentes de Segurança

5/4 – reunião do Núcleo, às 19h30min, na sede.

Reuniões do NAF

7 e 28/4 – quinta-feira, às 15h, na sede do sindicato.

Plenária estadual da CUT/RS

15 e 16/4 – local a confirmar.

Visitas ao Interior

11/4 – a partir dessa data, diretores visitarão locais de trabalho.

V Encontro Estadual Ojafs

30/4 e 1/5 – em Santa Maria/RS, no Parque Hotel Morotín.

Eleição direções de base

2 a 6/5 – em Porto Alegre (5/5) e interior (2 a 6/5).

Congresso Estadual do Sintrajufe

24 a 26/6 – em Porto Alegre.

Campeonato Desportivo

As inscrições para o Campeonato Desportivo organizado pelo Sintrajufe estarão abertas de 7 a 20 de abril. As modalidades são: futebol sete (masculino e feminino), vôlei misto e xadrez.

Tanto as fichas de inscrição como o regulamento do campeonato estão à disposição dos interessados na página do sindicato (www.sintrajufe.org.br), no link da Secretaria da Cultura.

Concurso TRT

Uma equipe de servidores do TRT estará ministrando aulas preparatórias para o concurso do TRT. O curso é extensivo, aos sábados, para 2º e 3º graus e abrange as disciplinas de Português, Matemática, Direito e Informática. Informações pelos telefones (51) 331-55118 e 98215392, no horário comercial, ou à noite pelo número (51) 324-71496.



Cinema

Os ingressos de cinema encomendados em 14 e 15/3 poderão ser retirados nos dias 11 e 12/4, na sede do sindicato, no horário das 10h às 13h e das 14h às 17h. As próximas encomendas estão programadas para 18 e 19/04 com retirada nos dias 03 e 04/05.



Calendário do campeonato:

- 7 e/ou 8/05 em Santa Maria
- 14 e/ou 15/05 em Pelotas
- 21 e/ou 22/05 em Porto Alegre
- 28 e/ou 29/05 em Porto Alegre (finais vôlei misto, futebol sete feminino e masculino e realização do xadrez)



Boletim do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS – Nº 207 – De 5 a 20/4/2005

Assembléia geral debate Reforma Sindical e elege delegados para plenárias

No sábado, 19, a categoria participou de assembléia geral para tratar da Reforma Sindical e eleição de delegados para as plenárias da CUT/RS e Cnesf. Esta última foi incluída com a concordância dos presentes, pois a convocatória da Cnesf chegou ao sindicato na véspera e não houve tempo de divulgar no material da convocação. Os advogados trabalhistas Antônio Carlos Porto Jr. e Pedro Maurício Pita Machado iniciaram o debate citando as lutas dos trabalhadores no século XIX, mas estas não conseguiram trazer a democracia para o local de trabalho com sua tradução em liberdade de opinião e ação.

Fotos Rosane Vargas



Além do debate sobre a Reforma Sindical, a categoria elegeu os delegados para as plenárias da CUT e Cnesf

Processo de fragmentação

Para os advogados, o Brasil vive atualmente, do ponto de organização sindical, um processo de fragmentação, com milhares de sindicatos. Lembraram também que em 2002 a ofensiva neoliberal tinha como eixo central mudanças no contrato de trabalho e que acabou por mexer em pilares como a jornada de trabalho. Para Porto Jr., a proposta de Reforma Sindical "é muito melhor que o marco legal atual, além de possibilitar a negociação coletiva em nível nacional.

Outro ponto de avanço citado por Porto Jr. é o da autonomia sindical. "Atualmente, há entidades pequenas, fracas, muitas praticamente propriedades de famílias, e são essas as entidades responsáveis pela negociação coletiva", afirmou. O advogado terminou sua intervenção dizendo que é preciso dotar a classe trabalhadora de instrumentos legais de luta que não existem hoje.

Posição oposta

Pita Machado, por sua vez, mostrou uma posição oposta. Ele concordou que há consenso no movimento sindical sobre a necessidade de uma reforma, "a tarefa é saber que mudanças devem ser realizadas". Machado defende que muitas questões que estão no projeto de lei, deveriam estar na PEC, pois, do contrário, a aprovação da PEC representa "um cheque em branco". O advogado afirmou que a pauta do neoliberalismo continua a mesma, em nível mundial: acabar com os direitos dos trabalhadores. "Vivemos ainda uma ofensiva neoliberal, apesar de alguns recuos", disse. Pita Machado acredita que é um equívoco, do ponto de vista político, propor mudanças em um momento de fragilidade e divisão das organizações sindicais, que não chegaram a um consenso sobre a reforma, e que algumas mudanças de consenso poderiam ser encaminhadas separadamente, dispensando o risco de uma PEC que

pode ser totalmente modificada no Congresso, onde a correlação de forças não é favorável aos trabalhadores.

Espaço para as tendências

Em seguida o espaço foi aberto para tendências políticas com representatividade na categoria e para manifestações individuais de participantes da assembléia. Foram mostradas várias posições diferentes. Alguns defenderam que a proposta de Reforma Sindical tem pontos negativos e positivos, outros que ela deve ser totalmente rejeitada. Apesar das divergências, houve um consenso: se o movimento sindical não conseguiu chegar a uma posição em comum, não

haverá força para as modificações necessárias ou mesmo para evitar retrocessos no Congresso. Por isso, foi aprovada resolução de retirada da PEC do Congresso Nacional, de forma a ampliar o debate na sociedade e criar uma conjuntura mais favorável.

Em relação às plenárias, foram eleitos como delegados para a Plenária da CUT/RS, que ocorrerá dias 15 e 16/4 em Porto Alegre, os colegas Marcelo Carlini, Paulo Guadagnin, Zé Carlos, Mara Weber e Alan Carlos da Silva. Para a plenária da Cnesf, em Brasília, os servidores eleitos foram Ana Alice Gaertner, Alexandre Junqueira, Paulo Rosa, Denise Elias e Alan Carlos da Silva. Silvana Klein participará como delegada nata pela CUT-RS e os diretores Ramiro e Cláudio Azevedo pela Fenajufe.

Nesta edição

TRT adia decisão sobre os quintos

Eleição para direções de base

Campeonato desportivo abre inscrições

Artigo: Servidores admitidos após E.C 41

TRT adia decisão do Mandado de Segurança que trata dos Quintos

O Órgão Especial do TRT4, após iniciar julgamento em 29/3, adiou a decisão sobre o pedido coletivo dos servidores em MS no qual o Sintrajufe busca, da forma como já reconhecido pelos TRFs, Conselho de Administração do STJ, TSE e até pelo STF, o pagamento dos valores correspondentes aos quintos adquiridos até setembro de 2001.

Após sustentação oral do advogado Amarildo Maciel Martins, da Assessoria Jurídica do Sintrajufe, o relator, Juiz Ricardo Gehlen, entendeu que não estaria configurado, em favor dos servidores do TRT, o direito líquido e certo de que fala o art. 1º da Lei do Mandado de Segurança. Assim,



denegou a segurança.

Após, o Juiz revisor, Milton Varela, acompanhou o relator, afirmando que embora tivesse dúvida quanto ao cabimento do mandado de segurança, admitia-o, mas, no mérito, não dava razão aos servidores

já que o tema envolve "tese de direito de alta complexidade".

A seguir, a Juíza Maria Helena indagou como ficaria o princípio da isonomia no caso, já que servidores da mesma esfera de Poder já recebem a vantagem buscada pelos colegas do TRT4. Sem ter declarado o voto, afirmou que o único meio de os servidores buscarem tal direito é na via do mandado de segurança. Na sequência, o Juiz Carlos A. Robinson pen-

dou vista e o Juiz Flávio Sirângelo, sob a justificativa de provável ausência nas próximas sessões, adiantou voto acompanhando relator e o revisor, também denegando a segurança. Assim, o julgamento fica suspenso, sem definição do resultado, até que o Juiz Robinson apresente o seu voto, o que poderá ocorrer já na próxima sessão do Órgão Especial.

Quando à conclusão do julgamento, ela poderá ocorrer na mesma sessão em que for apresentado o voto-vista, ou em outra posterior, acaso venha a ser novamente suspenso.

OAB e Amatra apoiam campanha do "Abaixo o Grampo"

Aproveitando as atividades da *Semana Abaixo o Grampo*, as diretoras do Sintrajufe Mara e Silvana estiveram reunidas em 28/3 com os presidentes da OAB e da Amatra, Valmir Batista e Paulo Schmidt, respectivamente, para pedir o apoio das entidades à iniciativa do sindicato. A campanha, que teve início na JT, será estendida a todo o Judiciário Federal.

Na Amatra, além da campanha, também foram discutidas questões como a pauta dupla, o projeto de ergonomia que está sendo discutido junto à Comissão de Saúde do TRT e ações que objetivem a aprovação dos projetos que criam cargos na JT que atualmente tramitam no Congresso Nacional.

Leandro Dóro



As diretoras Mara e Silvana em reunião com o presidente da Amatra, Paulo Schmidt

Dia Mundial da Saúde

Ato político marca o Dia Mundial da Saúde e denuncia governo estadual

A CUT e entidades dos movimentos sociais estão preparando uma atividade marcada para 7 de abril em que a tônica será a denúncia dos principais problemas da saúde pública no Rio Grande do Sul e do descumprimento, por parte do governo gaúcho, da Lei que determina a aplicação de no mínimo 10% para ações específicas de saúde. O ato político está marcado para às 9h, no auditório Dante Barone da Assembleia Legislativa. Em seguida será feita uma manifestação em frente ao Palácio Piratini

A data de 7 de abril foi escolhida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para lembrar a luta por melhores condições de vida. Perto de 25 milhões de pessoas (15,4% da população) sofrem de desnutrição crônica no Brasil. De cada mil crianças nascidas vivas, 54 morrem antes de 1 ano. Mas não é só a fome e as doenças provocadas por ela que matam o brasileiro. Entre as principais causas estão as doenças circulatórias, o câncer, os homicídios, acidentes de trabalho e de trânsito.

Fotos Eitel Golbert



Debates e oficinas marcaram as atividades



.....antes da travessia do Rio uruguai para a entrega da Carta as mulheres argentinas

Dia Internacional da Mulher

Atividade defende direitos de trabalhadoras em Ivoti

Dentro do calendário de atividades referente ao Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, foi realizado no último dia 23 um ato em Ivoti em defesa dos direitos das trabalhadoras.

Segundo a Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, o assédio moral é uma prática comum nas fábricas de calçado da região, onde os trabalhadores(es) são submetidos às mais diversas situações de constrangimento e humilhação.

Na maioria dos casos, as mulheres continuam sendo as maiores vítimas do assédio moral, sendo chamadas muitas vezes de "vagabundas" e "preguiçosas" pelos chefes como forma de ridicularizá-las e inferiorizá-las diante dos colegas.

Práticas como provar que

estão doentes mesmo apresentando atestados médicos e controle da chave do banheiro são comuns. As mulheres grávidas também enfrentam todo tipo de obstáculos para mudar de função e conseguir trabalhar sentadas.

O protesto foi em frente a SL, que, segundo material da CUT Vale dos Sinos, é

uma das centenas de empresas que praticam esse tipo de crime. A atividade, que contou com a participação de representantes do Sintrajufe, teve como organizadoras a Secretaria Estadual de Mulheres da CUT-RS, Via Campesina, Marcha Mundial de Mulheres, LBL/Sul, Lua Nova, Secretaria de Mulheres do PT e os gabinetes da vereadora de Porto Alegre Sofia Cavedon e do deputado estadual Raul Pont.



Carta das Mulheres para a Humanidade

Evento em Porto Xavier reúne cerca de três mil pessoas

Cerca de 3 mil pessoas participaram em 28/3 da entrega, na cidade de Porto Xavier, da *Carta das Mulheres para a Humanidade* (leia a íntegra no site do sindicato). Uma comissão de mulheres brasileiras, oriundas de diversos segmentos do movimento social, como MST, CUT, movimento popular e sindical, rural e urbano fez a entrega do documento às mulheres argentinas. Agora a carta percorrerá diversos países para difundir o seu conteúdo e mobilizar as mulheres na luta pelos seus direitos. O Sintrajufe colocou um ônibus a disposição dos movimentos sociais e foi

uma das entidades presentes ao ato.

Elaborada em janeiro, durante a última edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, pelo grupo *Marcha Mundial das Mulheres*, a carta teve seu primeiro lançamento feito em São Paulo (SP), dia 8/3, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

A Marcha Mundial das Mulheres tem sua origem em junho de 1995, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros contra a pobreza pelo interior do Quebec, no Canadá, chegando a Montreal onde foram recepcionadas por 15 mil pessoas. "Pão e rosas" elas pediram o seu conteúdo. A principal conquista desta manifestação foi o aumento real do salário mínimo, em uma economia de preços estáveis e pressionada pelo mercado comum com os Estados Unidos,

mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. A iniciativa do movimento de mulheres do Quebec inspirou mulheres do mundo todo a se unirem na Marcha Mundial das Mulheres 2000.

Campanha

Dando continuidade ao apoio à luta feminina por justiça e igualdade social, o Sintrajufe, representado pelas diretoras Silvana, Mara e Magda participou, em 18/3, do seminário, promovido pela CUT-RS, e lançamento regional da *Campanha Violência Contra a Mulher: Tolerância Nenhuma*.

O objetivo da campanha, entre outros, é sensibilizar dirigentes e lideranças sindicais sobre a não aceitação da violência contra a mulher no local de trabalho, no cotidiano sindical e na vida.

Justiça Estadual

Servidores do Judiciário estadual são contra projeto que cria CCs

Representantes de servidores da Justiça Estadual pediram aos parlamentares que rejeitem o projeto de lei 251/2004 que prevê a extinção de 389 cargos no Poder Judiciário e a criação de 635 cargos em comissão (CCs) para assessor de juiz. Representantes do Sindjus, do Simpe, da ASJ e da CUT defenderam a realização de concurso público para preencher a demanda de 1.140 vagas no Judiciário estadual. O debate ocorreu dia 31 no Plenarinho da Assembleia, durante reunião da Comissão de Serviços Públicos.

Para os servidores, a contratação é um desrespeito e não impede o nepotismo cruzado. Para a ASJ, contratar CCs é um menosprezo aos servidores que se qualificaram para passar em concursos. Projeto semelhante foi aprovado em Santa Catarina, porém, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade foi movida contra a medida. Além disso, a matéria não impede o nepotismo cruzado.

Representando a CUT-RS, Silvana Klein, diretora do Sintrajufe, defendeu o concurso público como forma de manter a qualidade na prestação dos serviços, a garantia de manutenção dos princípios de moralidade e impessoalidade e, sobretudo, a profissionalização de quem atua no Tribunal de Justiça. O concurso público é, para Silvana, a garantia de mais democracia no serviço público, superando apadrinhamentos e eliminando qualquer possibilidade de nepotismo no Tribunal. O parecer do deputado Fabiano Pereira (PT), relator da matéria, deverá sair na próxima semana.

Marco Couto/Assembleia Legislativa



Para os servidores, a contratação é um desrespeito e não impede o nepotismo cruzado

Decisão abrangerá todo o período de "quintos" para sindicalizados na JF

A decisão do Conselho da Justiça Federal, tomada no final de 2004, garantiu a concessão dos "quintos" para os servidores da JF em todo o país. No entanto, os efeitos financeiros ficaram restritos aos últimos cinco anos (a partir de 17/12/99), entendendo o CJF que o restante estava prescrito. No entanto, como o Sintrajufe havia ingressado com requerimento em agosto de 2002. O entendimento firmado pelo TRF é que este pedido cortou a contagem da prescrição, ou seja, o período que ficaria fora do pagamento administrativo (abril/98 a dez/99) deverá ser calculado quando for efetuado o pagamento pendente dos retroativos. Esta decisão não altera os "quintos" concedidos. Só garante o pagamento dos retroativos para os servidores que estavam sindicalizados em agosto de 2002 e que tem efeitos financeiros no período citado. Quanto ao pagamento, o Sindicato deverá realizar novo contato com a administração do TRF para cobrar se há alguma previsão para liquidar os retroativos pendentes, agora maiores por conta da decisão citada.

Ojafs

Alterada a data do V Encontro dos Oficiais de Justiça

Foi alterada a data do V Encontro dos Oficiais de Justiça. Os dias serão 30/4 e 01/5, em Santa Maria. Maiores informações estarão disponíveis na página do Sintrajufe, ou com Ana Silva e Fabrine pelo telefone (51) 3235-1977. As inscrições estão abertas até 23/4.